

Gazeta
Imperial

Jornal editado pelo Instituto Brasil Imperial Setembro de 2013 Ano XVIII Número 212 www.brasilimperial.org.br

**Monarquia
Parlamentar
SIM SENHOR!**

Palavra do Presidente

Aos verdadeiros patriotas que acreditam que a nação tem jeito

“O RDP é um partido político de orientação parlamentar por excelência, que propõe e defende a introdução do sistema de Monarquia Parlamentar”

Adeptos fundam a Real Democracia Parlamentar em defesa da melhor estabilidade política e social

É chegada a hora do lançamento da RDP – REAL DEMOCRACIA PARLAMENTARISTA, a fundação vai ocorrer emblematicamente antes da data que antecede a deposição do Imperador D. Pedro II, o RDP será o partido político que vai nos representar oficialmente a partir desse evento.

A solenidade está marcada para o sábado (9 de novembro), a partir das 8h30, na Câmara Municipal de São Paulo, Palácio Anchieta, Viaduto Jacareí, 100, centro da Capital Paulista.

Provenientes de diversos Estados, os fundadores debaterão as diferentes abordagens do documento que os nortearão a divulgação dessa forma de governo que, conforme índices estatísticos internacionais exibem elevados patamares de bem-estar de suas populações, contrariamente ao que se observa onde prevalece o regime republicano, como é o caso de nosso País.

O RDP Inicia sua atuação político-partidária de forma independente da Casa Imperial do Brasil – por princípio ético que sempre obedeceu, esta não se filia a quaisquer agremiações políticas.

O partido tem como base o “sistema de orientação parlamentarista por excelência, que propõe e defende a introdução do sistema de Monarquia Parlamentar, democrática, voltada para um nacionalismo liberal e moderno, interessado em desenvolver mecanismos institucionais e gerenciais evoluídos, isentos de personalismo, como os experimentados em países recon-

hecidamente democráticos, que atingiram elevados índices de IDH, segurança, equilíbrio econômico e estabilidade política”.

Diferenças de regimes

Esclarece o documento já elaborado e orientador do movimento que, “na monarquia parlamentar, o Rei ou Imperador, pertencente a uma dinastia escolhida pela Nação, exerce, em caráter vitalício e hereditário, a chefia suprema dos destinos do Estado. Reservada, entretanto, ao Conselho de Ministros, eleito pelo povo e com sustentação parlamentar, a realização das tarefas de governo”. De um modo geral, nas monarquias não absolutistas o Imperador representa a Nação, tem sob seu comando as Forças Armadas e sob sua tutela o Poder Judiciário para que este possa exercer sua atividade de forma plena e independente. O Parlamento, eleito pelo povo, se incumbem das tarefas de governo. O equilíbrio assim se forma.

Lembramos adeptos desse movimento pelo restabelecimento da Monarquia Parlamentarista no Brasil que, num contraponto à estabilidade institucional, “há também a forma republicana de base parlamentar, em que o Presidente eleito exerce a chefia de Estado, e o Conselho de Ministros, o Governo. Sempre que se aguçam as pendências que os separam, como se vê a todo tempo, é sobre a Nação que repercutem os resultados negativos de seus conflitos. No regime presidencialista exclusivo, o Presidente acumula a chefia do Estado e a chefia do Governo. Geralmente assediado por disputas eleitorais, o Presidente é refém dos inter-



RDP

REAL DEMOCRACIA PARLAMENTAR

esses irreconciliáveis das correntes em que se sustenta, falhando no cumprimento de ambas as funções que acumula”.

Conforme lembram os monarquistas, os resultados dessa instabilidade republicana estão sobejamente claros no Brasil, desde 15 de novembro de 1889, quando o imperador D. Pedro II foi deposto e exilado para a França. Golpes e contragolpes se sucederam seguidamente, deixando aos brasileiros um arremedo de democracia que prevalece até hoje.

Evento

Previsto para se encerrar às 16h50 do sábado (9 de novembro), estão programadas várias palestras para esse evento. A primeira, por César Maia, sobre “A política atual e o Parlamentarismo Monárquico”. Depois o ex-deputado federal Antônio Henrique Bitencourt Cunha Bueno abordando o “Poder Moderador e o Parlamentarismo”, em seqüência a coletiva de imprensa.

Segue-se a reunião de fundação da RDP. Após o que será a vez dos representantes dos estados ocuparem a tribuna em seguida o comendador Antonyo da Cruz

usará da palavra e falará do “Fortalecimento do movimento monárquico”, ao término saudará os presentes e dará por encerrado o Congresso.

Já estamos também constituindo os diretórios nos estados e nos municípios, e estamos contando com a sua participação nos diretórios, escreva para rpd@realdemocracia.org.br e faça a sua inscrição.

Se você cansou de esperar nestes 124 anos pela restauração, se você é um dos tantos monarquistas que realmente quer ver a restauração da monarquia brasileira, deve participar ativamente do nosso partido. Saiba que o partido ao contrario do que querem que acreditemos, é mais um meio de chegarmos à vitória e aclamar-mos o nosso Imperador. Aguardo o dia 09/11 para nos conhecermos pessoalmente.



Antonyo da Cruz
Presidente do Instituto Brasil Imperial

Gazeta
Imperial

A Gazeta Imperial é uma publicação do Instituto Brasil Imperial. Artigos, sugestões de reportagens, divulgação de eventos monárquicos e imagens podem ser enviados para brasilimperial@brasilimperial.com.br

Comendador Antonyo da Cruz
Presidente do Instituto Brasil Imperial
presidencia@brasilimperial.org.br

Alessandro Padin
Editor e jornalista responsável
alessandro_padin@uol.com.br

Professor Celso Pereira
Revisão

Artigo

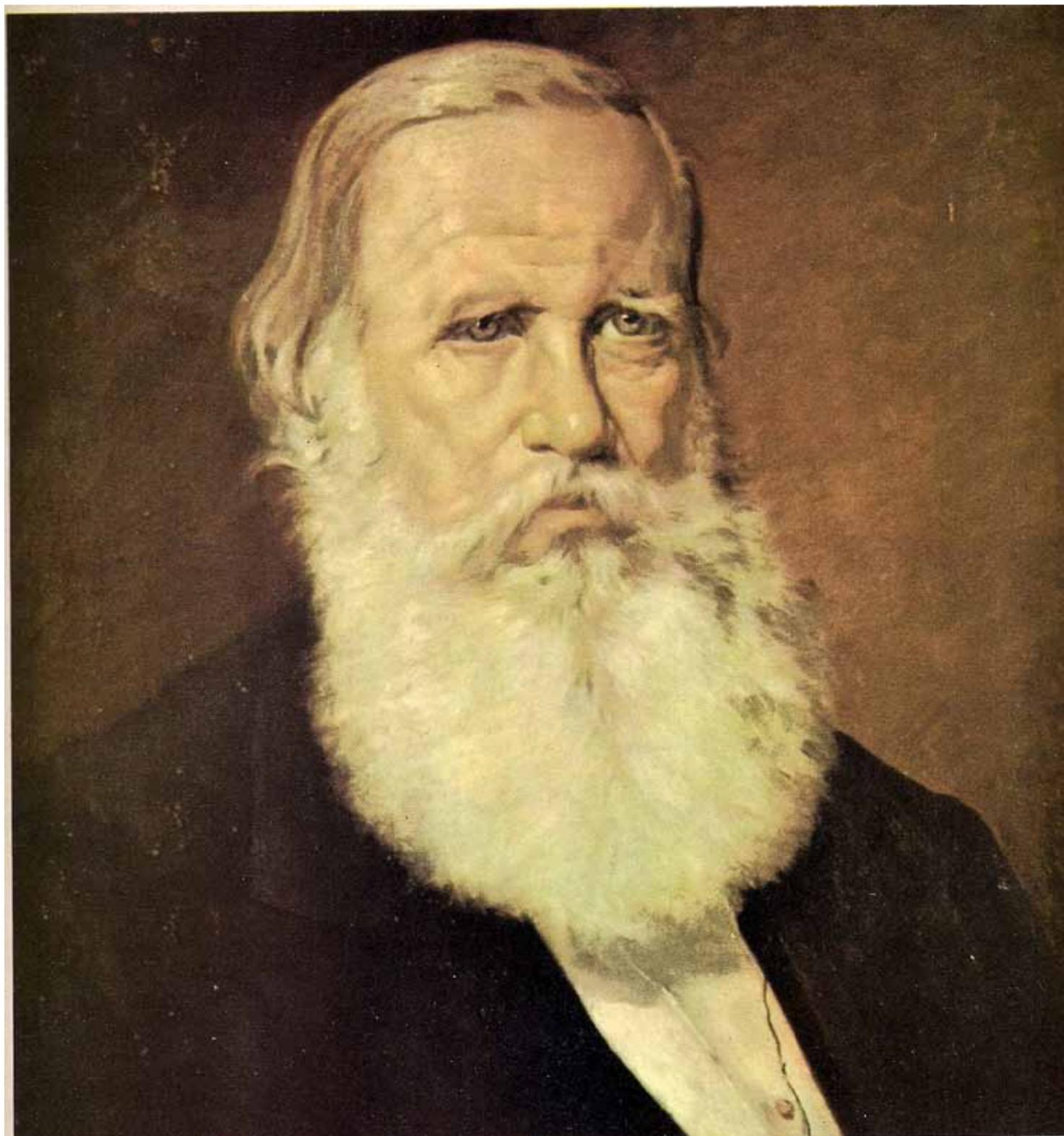
O Futuro e o Sonho da Monarquia

João Gabriel Guimaraes Ribeiro

Talvez 2022, pareça muito próximo, a realização de um sonho exige dedicação, e muita força de vontade, se nos lembrarmos que monarquia é, acima de tudo, um sonho, uma realidade pós-positivista, conseguiremos falar para o lado mais pueril, mais intocado, do povo: dar um pai e uma nação aos esquecidos, e lembrar as senhorinhas do Príncipe Encantado, pois, no fundo, somos todos crianças.

Recordemo-nos, inicialmente, que, ao se ler os “Cahiers de Doléance”, que prepararam os Estados Gerais de 1789, o povo falava contra os abusos da nobreza que espoliava o tesouro do Rei, não contra o Rei. Recordemo-nos que o plano original da Assembleia Nacional Constituinte era dar uma Constituição ao Reino da França, não instaurar a república. Recordemo-nos que a culpa da fuga da Família Real nunca recaiu sobre SMR Luíz XVI da França, mas sobre a rainha má, a madrasta, a estrangeira, a “Autri-chienne” (austri-cachorra, em tradução livre) Maria Antonieta de Habsburgo. Recordemo-nos disso, pois o Rei era considerado o Pai dos franceses, termo este que me sempre é lembrado por uma amiga francesa, que comenta “a França cometeu um crime horrendo, ela matou seu pai!”, repete esta senhora de idade avançada simpatizante da monarquia.

Mirando o núcleo mais tenro da alma do povo, seu subconsciente, onde as razões de suas alegrias, tristezas, medos e



taras; ainda poder-se-á atingir, e ganhar para nossas fileiras, crianças de 10 a 14 anos, que ainda querem acreditar nas belas coisas sobre as quais ouviram, mas começam a se ver diante da trágica verdade do mundo, um mundo onde não há cavaleiros nem cavalheiros, e os atos da nobreza da alma

são celebrados, pois tão raros. Lembremo-nos dessas criancinhas, que, rapidamente, se desiludirão até chegarem à linha básica de atuação dos comunistas e de todos os outros grupos políticos e sociais: entre 15 e 16 anos.

O Sonho que vamos realizar será o de conquistar o coração

dos brasileiros de todas as idades e fazer a evolução do movimento até 2018. Prepararemos assim a Restauração em 2022, e formemos 1ª geração monárquica antes mesmo da aclamação do novo rei;

Viva o glorioso Império do Brasil!

Artigo

Deodoro

não cumpriu a sua palavra

Luís Severiano Soares Rodrigues
Economista, pós-graduado em história, sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico de Niterói, conselheiro consultivo do Instituto Cultural D. Isabel I, A Redentora e membro do Instituto de Pesquisa Histórica e Arqueológica do Rio de Janeiro (Ipharj)

Na edição de set/out/2011, desse jornal, no artigo intitulado “Mentiras, golpes e república”, tive a oportunidade de provar que a implantação da república foi o maior ato de traição perpetrada na nossa história, e pelo qual o nosso povo carrega uma pesada cruz, materializada num conjunto de instituições espúrias, feitas para explorar esse mesmo povo que as alimenta com impostos, e que recebe em troca o cinismo dos governantes corruptos e incompetentes, essas mesmas instituições espúrias e falsas, alimentam a esperança desse mesmo povo com a ilusão que a eleição do próximo salvador da pátria as irá redimir dos seus sofrimentos, e que este as livrarão do peso do fardo que carregam, infelizmente 124 anos passados essa ilusão se mantém e a esperança já está cansada de esperar.

Tudo isso não seria necessário se o Mal Deodoro tivesse mantido a sua palavra, como podemos ver nessa petição, quando ele era presidente do Clube Militar:

“Senhora - Os oficiais, membros do Clube Militar, pedem a Vossa Alteza Imperial um pedido, que é antes uma súplica. Eles todos, que são e serão os amigos mais dedicados e os mais leais servidores de Sua Majestade o Imperador e de sua dinastia, os mais sinceros



defensores das instituições que nos regem, eles, que jamais negarão em bem vosso os mais decididos sacrifícios, esperam que o Governo Imperial não consinta que nos destacamentos do Exército que seguem para o interior, com o fim, sem dúvida, de manter a ordem, tranquilizar a população e garantir a inviolabilidade das famílias, os soldados sejam encarregados de captura de pobres negros que fogem à escravidão ou porque vivem já cansados de sofrer os horrores, ou porque um raio de luz da liberdade lhe tenha aquecido o coração e iluminado a sala. Senhora! A Liberdade é o maior bem que possuímos sobre a terra; uma vez violado o direito que tem a personalidade de agir, o homem para reconquistá-la é capaz de tudo; de um momento para outro, ele que antes era um covarde, torna-se herói - ele que antes era a inércia, se multiplica, e subdivide-se ainda mesmo esmagado pelo peso da dor e das perseguições, ainda mesmo reduzido a morrer, de suas cinzas renasce sempre mais bela e mais pura a liberdade. Em todos os tempos os meios violentos de perseguição, os quais felizmente, entre nós, ainda não foram postos em prática, não produziram nunca o desejado efeito. Debalde, milhares de homens são encerrados em escuras e frias masmorras, onde apertados morrem por falta de luz e de ar; através dessas muralhas as dores gotejam através dessas grossas paredes os sofrimentos se coam, como através do vidro coam os raios de luz, para virem contar fora os horrores do martírio!

Debalde, milhares de famílias são atiradas aos extensos desertos e lá onde só vivem os líquenes e os ventos passam varrendo a superfície dos gelos e beijando as estepes, tudo morre, mas os ódios concentrados de tantos infelizes são trazidos e vêm germinar às vezes no seio dos próprios perseguidores. É impossível, pois, Senhora, esmagar a alma



humana que quer ser livre. Por isso, os membros do Clube Militar, em nome dos mais santos princípios de humanidade, em nome da solidariedade humana, em nome da civilização, em nome da caridade cristã, em nome das dores de Sua Majestade o Imperador, vosso augusto pai, cujos sentimentos julgam interpretar e sobre cuja ausência choram lágrimas de saudades, em nome do vosso

futuro e do futuro de vosso filho, esperam que o Governo Imperial não consinta que os oficiais e as praças do Exército sejam desviados de sua nobre missão. Não são isto, Senhoras, um ato de desobediência. Se, se tratasse de uma sublevação de escravos, que ameaçasse a tranquilidade das famílias, que trouxesse a desordem, acreditai que o Exército, que não deseja o esmagamento

do preto pelo branco, não sentiria também que o preto, embrutecido pelos horrores da escravidão, conseguisse garantir a sua liberdade esmagando o branco. O Exército havia de manter a ordem, Mas diante de homens que fogem calmos, sem ruído, mais tranquilamente do que o gado que se dispersa pelos campos, evitando tanto a escravidão como a luta e dando ao atravessar cidades inermes

exemplos de moralidade, cujo esquecimento tem feito muitas vezes a desonra do Exército mais civilizado, o Exército Brasileiro espera que o governo imperial lhe conceda o que respeitosamente pede em nome da honra da própria bandeira que defende...”.

Nossa querida Princesa cumpriu sua palavra e impôs ao governo as reivindicações dos peticionários, e deu prosseguimento ao seu intento de acabar com escravidão no nosso país. Essa petição e outras manifestações da sociedade civil organizada foram essenciais para gerar as condições políticas para se alcançar esse objetivo, que a Coroa a muito vinha tentando. Nossa solução para esse problema estrutural, mesmo tendo demorado mais, foi superior a solução norte-americana, posto que estes precisaram de uma guerra civil, com milhares de mortos, e chagas abertas até hoje, para resolver o mesmo problema. Infelizmente como realço no texto da petição do Clube Militar, Deodoro não só não cumpriu sua palavra, como foi induzido a traição. Quem nos ajuda a comprovar isso é o coronel e acadêmico José Sarney, quando nos diz: “Deodoro o fundador, é figura singular. Os retratos que dele temos guardam os olhos de um homem possuído pelo demônio. São olhos de um temperamento forte, janelas de uma personalidade explosiva e de uma determinação apaixonada. Como todo temperamental, alternava momentos de grande exaltação com instantes de ‘alegre, folgazão e expansivo’, como testemunham seus contemporâneos. Sua adesão ao movimento revolucionário decorre de uma dessas fortes explosões de seu temperamento”. (...)” Daí em diante as coisas de precipitam e ninguém detém a insurreição. Um boato previamente acertado, é o motivo da revolta: Deodoro tinha sido preso, com outros militares, batalhões foram dissolvidos, etc. A sedição foi

imediatamente e a sedição tomou conta dos quartéis e chegou ao Largo de Santana. Tudo acontecia velozmente e em breve a república estava proclamada. Sem povo e sem republicanos. Sem ninguém entender nem perceber. Fora um episódio militar”. (...)” Quando seus interlocutores invocavam o fato de serem republicanos históricos da longa luta pela causa e suas virtudes, ele contava: Pois eu sou republicano de 15 de novembro e já cheguei a presidente da república. E meu irmão Hermes é do dia 17...” (...)” Mas o que fica para a história é a figura de um Deodoro teimoso, colérico e que sofreu com o poder, pois dele não gostava. Fez a república sem querer e governou sem nenhuma aptidão para o cargo. Ele era militar, herói da Guerra do Paraguai e comandante de Tropa. A política lhe era estranha”. (...)” De seus colegas militares tomou um ódio e um ressentimento que carregou no caminho da morte. Não aceitava visita de fardados. Mandou colocar o seu uniforme numa lata lacrada e, por vontade testamentária, quis ser enterrado vestido à paisana”. (...)” Esse foi o fundador da república e demolidor do Império, que ele amava, e de um Imperador, que ele respeitava”. (Por que Deodoro fundou a república? – O Globo, 19/11/1995). Lúcidas afirmações do coronel e acadêmico, que está entre aqueles que mais benefícios

Monarquista, anuncie o seu produto ou serviço neste espaço

personais, obteve das instituições fundadas pelo tolo e arrependido Deodoro. Devemos acrescentar que Deodoro não teve coragem de encarar o Imperador, quando este o chamou a sua presença, antes que se consumasse a desgraça que por fim aconteceu. De um militar e político honrado, Senador do Império e marechal (visconde de Pelotas), sobre o 15 de novembro, nos diz: “Não julgava possível a república enquanto vivesse o Imperador, e daí a minha surpresa. Se de mim tivesse dependido a sua permanência como chefe da nação, afirmo-lhe que não teria sido deposto. A república teve contra si haver sido feita por um pronunciamento militar, representado pela quinta parte do exército. A nação foi estranha a esse acontecimento, que aceitou como fato consumado” em carta ao visconde de Ouro Preto, (citado por Heitor Muniz – No tempo da Monarquia). Essa afirmação do Marechal Câmara nos faz inferir que a república só foi viável porque enganaram Deodoro e o induziram à traição, somente um quinto do exército participou daquele ultraje, mas em seguida o corporativismo prevaleceu, haja vista o adesismo do mal. Hermes em 17/11. E o fato consumado fica óbvio quando se usa a força bruta, numa sociedade que já tinha um grau de civilização política que excluía esse tipo de coisa, mas que a partir de então teve

de se acostumar com essa estupidez. Por fim entendemos o respeito de Deodoro pelo Imperador, que mesmo assim ele traiu, tenho certeza de que se ele pudesse tinha desfeito o que fez depois que viu o monstro que foi gerado, para isso citaremos Hermes Lima, político de estatura moral muito elevada na república, que diz sobre D. Pedro II: “O Imperador honrou seu reinado pela dignidade, exemplo e dedicação à causa pública. Era um ponto de referência capital na vida administrativa e política. Sua autoridade revestia-se de um cunho moralizador e atento à vida cultural. Até onde seu lápis fatídico alcançava, ele intervinha, fiscalizava e, no exercício de suas funções arbitrais, fez, sem dúvida, muito mais bem do que mal”. (In Perfis Biográficos. CNC. 1997) Muito mais poderia ser dito sobre nosso augusto Imperador, mas isso já basta para entender o prestígio que sua memória inspira até hoje, e que nenhuma figura que ocupou a chefia do Estado após ele, consegue igualar. A memória de sua sucessora, D. Isabel I, de jure, Imperatriz do Brasil, igualmente reside no coração dos brasileiros, pelo bem que fez ao nosso povo, e pelo bem que iria fazer ao nosso país, e que a república não deixou, punindo-a com a morte no exílio, por ter ela libertado os escravos.

Artigo

QUEM NUNCA COMEU MELADO, QUANDO COME SE LAMBUZA

Otto de Alencar de Sá-Pereira

Trabalho publicado no jornal Tribuna de Petrópolis, de propriedade de D. Francisco Humberto de Orleans e Bragança - 29/10/2000

(Narrando um triste, porém típico, acontecimento do princípio da República, e considerações de Rui Barbosa e de Monteiro Lobato sobre D. Pedro II, a Monarquia e a República)

Nada mais certo! Foi o que ocorreu com os governantes republicanos, depois que o navio Alagoas conduzindo D. Pedro II e a Família Imperial perdeu-se nas brumas do Atlântico, em direção à Europa. Diz Monteiro Lobato que eles teriam tido um alívio: “enfim sós”. Agora podem espoliar, à vontade, o povo brasileiro, sem que ninguém os fiscalize!

O caderninho preto e o lápis fatídico, que anotavam os nomes daqueles, que por atitudes indignas, não deveriam mais pertencer a cargos de governo, este caderninho também seguirá para a Europa no bolso do Imperador. Podiam se lambuzar com o melado da corrupção e do estelionato, das riquezas fáceis e ilícitas, sem que houvesse alguém a chamar-lhes a atenção.

Monteiro Lobato nos escreve: “D. Pedro II era a luz do baile, muita harmonia, respeito às damas, polidez de maneiras, jóias d’arte sobre os consoles, dando ao conjunto uma impressão genérica de apuradíssima cultura social. Extingue-se a luz. As senhoras sentem-se logo apalçadas, trocam-se tabefes, ouvem-se palavreados de tarimba, desaparecem as jóias”. Ou seja, sem o freio natural da Coroa, eles mostram-se como eram realmente.

Lambuzam-se no melado sujo de lama. Escarafuncham-se

no atoleiro, sem tábua de salvação. Perdem-se nos mares, sem o farol que os guiava; que os guiava e corrigia seus rumos; que corrigia seus rumos e os conduzia a porto seguro.

Rui Barbosa, o “águia de Haya”, que foi republicano durante o Império e monarquista ou simpatizante, depois dos primeiros desacertos e corrupções da República, certa vez, escreveu estas palavras, que tornaram-se acadêmicas (as quais, geralmente, só são publicadas até o fim do primeiro parágrafo):

“De tanto ver triunfar as nulidades, de tanto ver prosperar a desonra, de tanto ver crescer a injustiça, de tanto ver agigantarem-se os poderes nas mãos dos maus, o homem chega a desanimar da virtude, a rir-se da honra, a ter vergonha de ser honesto. Essa foi a obra da República nos últimos anos. No outro regime (na Monarquia), o homem que tinha certa nódoa em sua vida era um homem perdido para todo o sempre, as carreiras políticas lhe estavam fechadas. Havia uma sentinela vigilante, de cuja severidade todos se temiam e que, acesa no alto (o Imperador, graças principalmente a deter o Poder Moderador), guardava a redondeza, como um farol que não se apaga, em proveito da honra, da justiça e da moralidade” (Observação: Os parênteses são nossos para melhor ilustrar).

Rui Barbosa ocupava o cargo de Ministro da Fazenda no Ministério do Governo Provisório (1889-1891), presidido por Deodoro da Fonseca. Este Ministério compunha-se de republicanos históricos, como, por exemplo, além dele mesmo, de Silveira Lobo como Ministro do Interior, de Campos Sales como

Ministro da Justiça, Quintino Bocaiúva ocupando o Ministério do Exterior, Demétrio Ribeiro, na Agricultura e Comércio, Wandenkolk, na Marinha e Benjamim Constant na Guerra (Exército).

Rui Barbosa era, sem dúvida, grande jurista e diplomata, um sábio, um extraordinário orador... porém, péssimo economista. Assim, foi o causador do famoso “Encilhamento”, que trouxe a desmoralização das finanças brasileiras e uma terrível inflação.

Qualquer Banco emitia papel moeda, e títulos falsos de falsas empresas eram vendidos em quantidade incrível, no lugar onde se encilhavam os cavalos, no centro do Rio de Janeiro.

Criticado por Benjamim Constant, em uma reunião do Ministério, os dois políticos quase se assassinaram, tendo Benjamim Constant desembainhado a espada e Rui sacado da garrucha. Não chegou a haver uma tragédia, porque o velho Marechal-Presidente, dando um murro na mesa, esbravejou: “Se os senhores não se portarem, chamo o velho de volta!!!” (Referia-se naturalmente ao Imperador).

Assim foi o princípio da República. Desencontros, movidos por ambições descabidas, não mais fiscalizadas pelo Pai Supremo da Nação, o Imperador. Não estavam habituados a governarem sem serem antes governados. Foi um descalabro! Como escreveu Monteiro Lobato: “A mesma gente, o mesmo juiz, o mesmo político, o mesmo soldado, o mesmo funcionário, até 15 de Novembro honesto bem intencionado, bravo e cumpridor dos deveres, percebendo, na ausência do imperial freio, ordem de soltura, desajamaram a alcaté-

ia dos maus instintos mantidos em quarentena. Daí o contraste dia a dia mais frisante entre a vida nacional sob Pedro II e a vida nacional sob qualquer das boas intenções quadrienais que se revezam na curul republicana”.

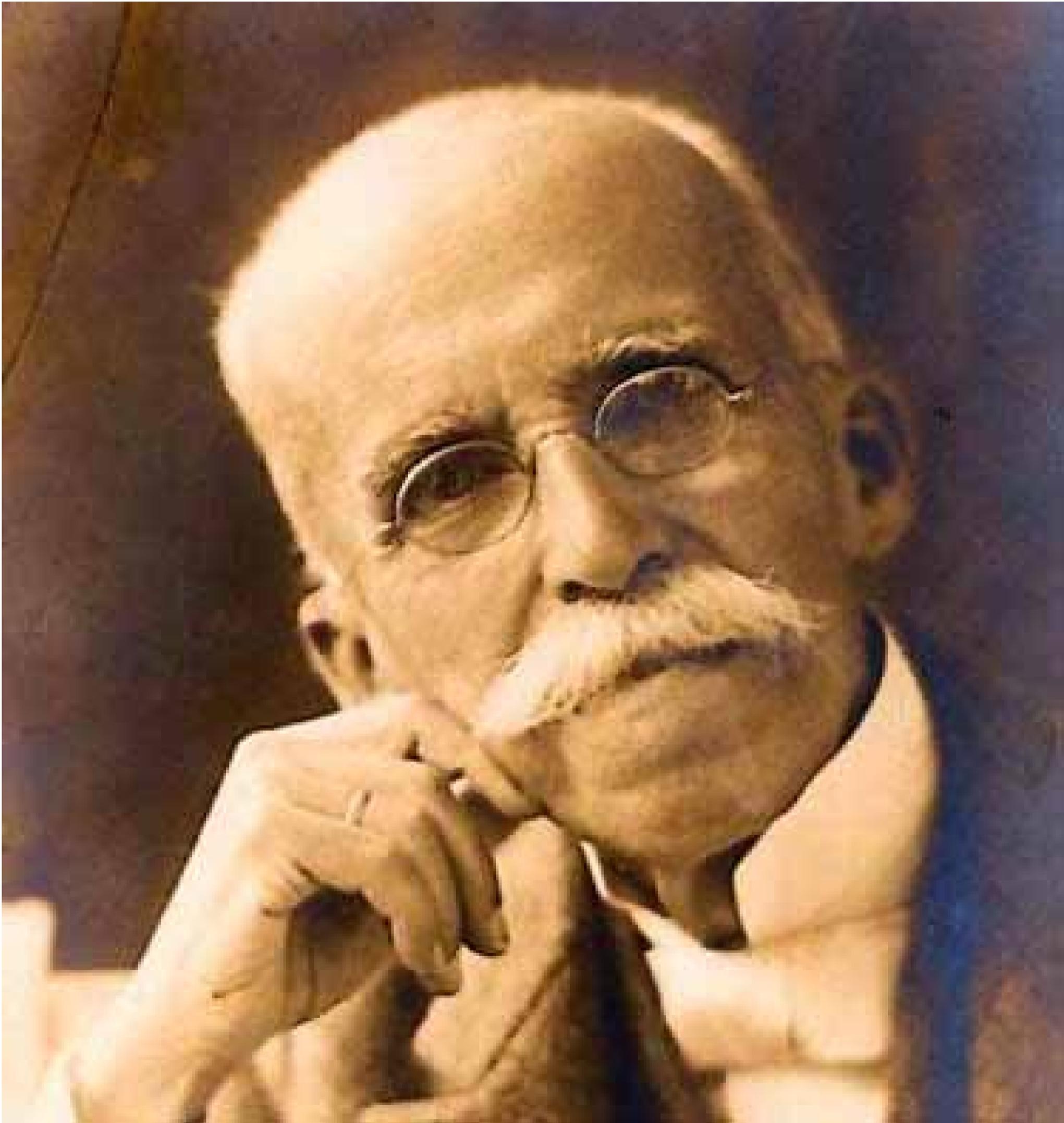
A moral pública uma das características dos homens políticos do Império, como que se diluía. Ainda é Rui que nos faz saber: “O Parlamento do Império era uma escola de estadistas, o Congresso da República transformou-se em uma praça de negócios.”

Um fato deve ser conhecido, embora preferamos não dar “nomes aos bois”, pois o político em questão pode ter descendentes ainda vivos.

A República proclamada, passados os dois anos de Governo Provisório, finalmente elabora-se a 1ª Constituição Republicana, de 1891 e é eleito Presidente o mesmo Marechal Deodoro e para Vice, Floriano Peixoto. Um certo político do Império, homem conhecido na vida pública por sua inconteste retidão de caráter e ilibada moral, é convidada pelo Governo da República a participar de um Ministério.

Considerando-se monarquista, recusa o convite. O Governo insiste. Ele resolve pedir a opinião e a autorização, caso a opinião fosse positiva, do Imperador, que nesta altura já se encontrava na França, pois fora para lá residir com sua filha, genro e netos, depois da morte da Imperatriz, em Portugal (na cidade do Porto).

A resposta do Imperador foi simples e como sempre patriótica: “Sirva ao Brasil”. Era o sinal verde. Ele aceitou o Ministério e iniciou a viver o cotidiano da



vida política republicana. Eis que começa a perceber o que ocorria. Se olhasse para um lado, ou para o outro; se olhasse para cima ou para baixo, só o que via era desonestidade, era corrupção, eram aproveitamentos ilícitos, o bem público vilipendiado, os interesses particulares

em primeiro lugar, o “Bonum Commune”, completamente esquecido, o lambuzamento em melado enlameado.

Infelizmente, este homem, que tinha sido, no Império, símbolo de honradez, de caráter, de virtudes... aderiu ao “bloco do sambá republicano” e familiarizou-se

com os vícios e pecados.

Por que isso aconteceu na República do nosso Brasil, e vem ainda acontecendo, ressalvadas, sem dúvidas, especiais figuras da História Republicana, que continuaram a ilustrar a vida pública brasileira? Por que isso ocorreu? Monteiro Lobato estaria repleto

de razão? É ainda Rui, que nos responde: “O mal grandíssimo e irremediável das instituições republicanas é deixar exposto à ilimitada concorrência das ambições menos dignas o primeiro lugar do Estado, e desta sorte, o condenar a ser ocupado, em regra, pela mediocridade”.

Artigo

Reflexões sobre o conceito de verdade na história da república brasileira

Theófilo Vandeley

Numa interessante síntese, em 31/03/1994, por ocasião dos 30 anos do golpe, a revista Veja, num matéria de História nos diz: “Havia a esquerda, a direita e um presidente, João Goulart, que não era uma coisa nem outra. (...) O Brasil vinha sendo submetido a uma pregação populista cada vez mais febril, havia agitação no campo, barulho nos sindicatos, rumores nos quartéis. A classe média fazia passeatas contra tudo isso, certa de que o comunismo estava prestes a implantar-se no país. A Igreja temia o ateísmo da esquerda e os grandes jornais, com exceção da Última Hora, apoiavam o golpe, À sombra dos quepes, a direita conspirava. (...) A marcha da insensatez pode ser datada no seu início, 1961. Na presidência da república, Jânio Quadros tentou o autogolpe com a renúncia. Para Jânio, não deu certo. Para o país, foi o começo de um ciclo de excitação que terminaria mal. Contra o vice de Jânio, João Goulart, os ministros militares tentaram um golpe clássico, impedindo sua posse. Foram derrotados. Empossado Goulart fez um governo ruinoso. Aceitou o parlamentarismo negociado com a caserna, mas meses de-

pois mobilizava sindicatos e aliados para garantir o retorno ao presidencialismo num plebiscito. Aproximou-se da esquerda e de uma fatia dos políticos conservadores, para terminar brigando com ambos. Teve quatro ministros militares em dois anos e meio de governo. O mais grave: estimulou a mobilização indisciplinada das baixas patentes militares, como sargentos e marinheiros. ‘ Com uma sequencia assim, até Franklin Roosevelt, depois de ganhar a II Guerra, estaria ameaçado’, afirma o deputado José Serra (PSDB-SP), que na época era presidente da UNE, cuja sede foi incendiada em 1º de abril. (...) O golpe de 64 foi preparado por menos de duas dezenas de generais com comando de tropa, grandes empresários e políticos. Cumprindo uma profecia do general Golbery do Couto e Silva, principal cérebro da conspiração, Jango caiu ‘como um castelo de cartas’- “. E o processo ocorrido no Brasil, não era nada original, falando sobre o Chile em 1970, Roberto Campos, assim se expressa: “ Não é difícil prever que a política distributiva de Allende debilitará ainda mais a economia chilena. O problema é saber em quanto tempo se avizinhará o colapso econômico. No caso brasileiro, quando Goulart pregava teorias

distributivistas de esquerda e estimulava reivindicações salariais e greves inflacionárias, enquanto se intimidavam tanto os investidores nacionais como os estrangeiros, a marcha para o abismo durou três anos. Prognóstico comparável é cabível no caso chileno, tanto mais quanto o mercado vendedor de cobre parece que se transformará em mercado comprador nesse período” (Campos,1976,39). Nem precisamos lembrar que em 1973, Salvador Allende morreria no bombardeio do Palácio presidencial de la Moneda”, nesse mesmo livro Campos se mostra um observador atento, em 1971, falando dos países do sudeste asiático nos diz “ o vigor empresarial dos chineses expatriados é motivo ao mesmo tempo de admiração e receio nas comunidades multirraciais do extremo oriente”. Numa antecipação do salto chinês, após a morte do Mao e da iniciação do capitalismo sínico”.

Ao golpe de 64, se seguiu a caça as bruxas, a começar com as cassações de políticos envolvidos com o governo deposto e “Centenas de oficiais do Exército, expulsaram-se da Marinha todos os marinheiros, cabos, sargentos e suboficiais envolvidos na greve do Sindicato dos Metalúrgicos. Em todo o país, prenderam-se milhares

de pessoas, submetidas a violentos interrogatórios e torturas nos órgãos de repressão. Os navios Ary Parreiras, Raul Soares,(...), fundeados na baía da Guanabara foram transformados em presídios. Embaixadas e consulados passaram a ser procurados por dezenas de perseguidos em busca de asilo. Invadiram-se as sedes da UNE, incendiada, CUT,CNTI,CONTEC, da Frente de Mobilização Popular, da Legião da Hungria e da Rádio Mayrink Veiga. Chineses de uma delegação comercial, defendidos bravamente pelo advogado Sobral Pinto, foram presos e deportados”(Melo Filho,410). Aqui surge outra verdade, não só os guerrilheiros foram torturados nessa nova fase da estupidez republicana. A opinião do povo sobre o novo regime quem nos fornece é o então deputado, e futuro presidente, Luiz Inácio Lula da Silva (JB,30/11/1986): “ Em 1964, eu me lembro que lá na fábrica os mais velhos achavam extraordinário o fato de o Exército governar o país, tal era o crédito das forças armadas”.

Como se poderia esperar, uma parte dos derrotados por aquele golpe, optaram por confrontar o novo regime, posteriormente reconheceram que foi uma burrice, mas já era tarde, havia muitos mortos para con-

tar. A opção pela luta armada vai se dar por cisões dentro das forças de esquerda, notadamente no PCB, “E era preciso agir rápido : (A mesa de discussão separa os revolucionários, a ação os unifica). Com declarações assim. Marighella enfatizava a urgência da guerrilha urbana. Expresso-a também em frases coloquiais como (Quem samba fica, quem não samba vai embora). Não se tratava de mera pressa, mas de um raciocínio político amadurecido, segundo o qual o país vivia sob um regime de exceção, imposto por um ato de violência reacionária. O recurso da violência revolucionária para derrubá-lo era portanto, plenamente legítimo” (Moraes, 2013,36). Marighella tomou como fraqueza ou covardia a opção da velha guarda do PCB em não bater de frente com o novo regime, mas na verdade nas mentes dos velhos comunistas estavam as lembranças do que eles passaram nas mãos dos carrascos de Getúlio Vargas após a derrota da Intentona de 35: “pouco depois de derrotado o movimento, fomos submetidos a vexames, prisões, é sabido o que sofreram diversos comunistas, e particularmente aqui no Rio houve torturas. Eu estava na Polícia e assisti a espancamentos. Mas não houve assassinatos, foram muito raros. Lá no nordeste, no entanto, houve matança. (...) Porque mandaram para lá o gal. Newton Cavalcante, que cometeu desatinos, torturas e assassinatos” (Prestes,1985). Nem todos eram a favor do confronto e sobre a luta armada opinam “Isso foi uma besteira completa. Eu fui convidado à luta armada. A ditadura é fraca no terreno político, porque é ilegal, sem permissão do povo, impositiva, antidemocrática. A hipótese da luta armada é deixarmos de lutar no âmbito político, e lutarmos aonde o regime é forte, com a Marinha, o Exército e a Aeronáutica. Muitos não sabiam atirar e queriam lutar com profissionais de tiro.”(Ferreira Gullar, 2006,52), quem pensou

assim viveu para ver a ditadura acabar. Cremos que Marighella sabia onde estava se metendo e o que podia advir da sua escolha e na carta de rompimento com o PCB, de 1966, optando pela luta armada nos diz: “Falta o impulso revolucionário, a consciência revolucionária, que é gerada pela luta. A saída do Brasil – a experiência atual está mostrando – só pode ser a luta armada do povo, **com todas as consequências e implicações que daí resultem**” (Teles, 2013,21). Por essas palavras fica claro que aqueles que se aventuram no confronto armado arcavam com as consequências dos seus atos. O apoio de Cuba, dando-lhes treinamento militar de guerrilha foi fundamental, aos vários movimentos que se formaram no Brasil.

O que não se pode querer hoje, é que se acredite, que Cuba, com o apoio da União Soviética (Já que sabemos hoje, que sem a URSS, Cuba não aguenta com as próprias pernas), estava apoiando revoltas de forças que buscavam implantar democracias nos moldes ocidentais. O mínimo que a decência exige é que aqueles que enveredaram pela estupidez da luta armada contra a ditadura de direita tenham a hombridade de falar a verdade, de que buscavam implantar a ditadura de esquerda no Brasil, e que Cuba era o seu modelo de “democracia”, com exceção do PC do B, que tinha por modelo para o Brasil a Albânia (Assim vemos como eles eram ousados). Podemos analisar organizações específicas: “Em março de 1971, a AP reg-

istrava sua nova face: era uma organização proletária, guiada pelos princípios do marxismo-leninismo-maoísmo. Seu líder máximo era o camarada **Mao Tsé-Tung**, e seu programa, também máximo, era emancipar a classe operária emancipando a humanidade inteira. Fruto da análise sobre a realidade brasileira, propunha uma revolução nacional, democrática e popular, anti-imperialista e agrária. Defendia a tomada do poder pelas armas, e a estratégia para isso deveria ser a guerra de guerrilhas. Propunha a construção de um novo partido de tipo inteiramente novo, marxista-leninista-maoísta. A partir deste programa básico, a AP passava a se denominar APLM (Ação Popular Marxista-Leninista do Brasil). A grandeza da

Monarquista, anuncie o seu produto ou serviço neste espaço

luta exigia sacrifícios dos revolucionários, Um estilo heroico. ‘Os militantes da nova AP, que juram consagrar toda a sua vida à luta pelo comunismo, devem ser resolutos, **não temer nenhum sacrifício** e vencer todas as dificuldades para conquistar a vitória’.”(Wright,1993,78). Como vemos nessa luta pela vitória a maioria não passou do sacrifício, foi uma viagem sem volta, e pelo exposto, eles estavam conscientes disso. Para sorte dos brasileiros, a julgar pela qualidade da democracia que os chineses vivem hoje.

Outra verdade a se fixar é que frente ao seu propósito, a opção pela luta de guerrilha, as organizações comunistas não tinham outra opção, na sua luta contra a ditadura de direita, mas essa opção é a de uma guerra suja, uma vez que a guerrilha, ataca pelas costas, faz emboscadas, pratica atos terroristas de sabotagem, faz sequestros e consegue seus meios de se financiar através de roubos a bancos e particulares escolhidos dentro da burguesia, e para isso vivem escondidos na clandestinidade para surpreenderem os agentes da ditadura de direita, e usam também dos justicamentos que é o nome dado ao assassinato dos inimigos da guerrilha. Uma das curiosidades da guerrilha brasileira é que em várias vezes roubaram armas de quartéis das forças armadas, o que deixa claro que eles cutucavam a onça com vara curta. Óbvio que os interessados do outro lado, também usariam seus métodos sujos para debelar seus inimigos. “ com o Ato Institucional nº 5 (AI-5), de 13 de dezembro de 1968, a ditadura pôs em funcionamento seu dispositivo anti guerrilha. Baseava-se no emprego sistemático da tortura para arrancar dos presos políticos informações que permitiriam **aniquilar**, seguidamente, as redes clandestinas das organizações armadas”(Moraes, 2013,37). Então temos outra verdade, a ditadura de direita também tinha direito de se defender contra aqueles que bus-

cavam implantar a ditadura de esquerda, questionar os seus métodos não faz sentido nessa luta do sujo de direita contra o sujo de esquerda, já que estava combinado, todos arcariam com as consequências, agora não vale chorar, tem de aguentar. E contra as torturas da direita a esquerda tem para mostrar os seus justicamentos, como o caso do empresário dinamarquês Henning Boilesen, que financiava as torturas dos membros da esquerda e gostava de assistir, nada mais normal num período de estupidez generalizada, na verdade num linguajar que a esquerda entende bem, ele era um porco capitalista, que gostava de ver os porcos comunistas, que queriam expropriar as suas empresas, serem torturados, resultado, quando

puderam os porcos comunistas mataram o porco capitalista, nada mais justo num tempo de estupidez generalizada. Só que daqui retiramos outra verdade, a direita também tinha o direito de justicar, assim os desaparecidos foram justicados, mas os da esquerda podem se orgulhar deles, pois morreram para não entregar os seus camaradas, se não tivessem resistido quem estaria morto hoje, são aqueles que bolaram a Comissão da Verdade. E a verdade que descobrimos é que estavam todos certos os que praticavam a estupidez de direita e os que praticavam a estupidez de esquerda, só restando a cada lado recolher seus mortos se os acharem. Essa é uma página emblemática da história republicana brasileira, mas ninguém se dá

conta que isso é a essência republicana brasileira, a morte, a dor e o desalento, dos sujos lutando contra os outros sujos. Ao grupo do guerrilheiro Lamarca, se atribui uma execução de um tenente PM, a coronhadas (Maciel, 2013,27) dentro de um julgamento revolucionário. Dentro da lógica da guerrilha não podemos condena-los, nem mesmo pelo sadismo implícito em matar um homem a coronhadas, pois era uma época de estupidez generalizada, e nos mostra que eles em nada diferiam dos torturadores que também estavam certos dentro da sua lógica de defender a ditadura de direita daqueles que lutavam pela ditadura de esquerda.

(CONTINUA NA PRÓXIMA EDIÇÃO)

Monarquista, anuncie o seu produto ou serviço neste espaço

Artigo

Brasil amargá clausura “do faz de conta”

Edvaldo F. Esquivel

Não gosto do que estou vendo por aí. A onda de manifestações que eclodiram em todo o Brasil, durante a Copa das Confederações, em junho último, passou. A época, aliás, não poderia ter sido mais constrangedoramente propícia. Os olhos do mundo (pelo menos o esportivo) estavam voltados para o nosso país. Agora, temos o silêncio das ruas... Cadê os frutos conseqüentes de tanta insatisfação popular? De que valeram tantas cobranças?

Há o risco de tudo simplesmente passar pelo ralo da jogada política. Lembremo-nos daquela mania bem brasileira de se aprender a lição apenas de mentirinha. Sei não. Até agora, o tempo está assim: diz que vai chover, mas pode não chover... A opinião pública está atenta, acompanha as trapalhadas do governo Dilma Rousseff (fruto de insondáveis laboratórios de marquetagem política). Bem, como diria o cidadão comum, triste do governo que precisa desses expedientes chinfrins!

A proposta de Constituinte exclusiva? Ah! afundou-se, logo. E o tal do Plebiscito? Pior: perdeu-se na bruma dos dias seguintes

por ser igualmente inviável. Aliás, o povo brasileiro está salgado de plebiscitos improvisados, como o do desarmamento (inútil) e o de 1993 (mal-ajambrado), e que as pessoas deveriam recordar mais, pois certamente o nosso país estaria bem melhor se a histórica proposta de restauração da monarquia-parlamentarista tivesse tido a compreensão do voto popular. A consulta, é bom lembrar, era para ser em 7/09/1993 e acabou antecipada, casuisticamente, para 21/04/1993, após mais de vinte anos de regime-militar e o fiasco presidencialista de Collor.

Os jovens que foram às ruas em junho nada disso sabem. A memória desse país é muito curta, não resiste a tanta esperteza política. Naquela época, a Constituição de 1988 deu então ao povo o direito de escolher se queria voltar à Monarquia-Parlamentarista (derrubada no golpe de 15/11/1889) ou continuar na República-Presidencialista. Louvemos aqui a persistente ação patriótica e democrática do então deputado federal Cunha Bueno. Adivinhem, então, no que deu? Já a consulta do desarmamento, mais recente, hoje sabemos que só contribuiu para manter os bandidos arma-

dos até os dentes nas desprotegidas periferias das capitais do país, por obra e graça da inércia do poder público.

Jovens, vamos atizar as ideias. Quanto aos surpreendentes e bem-vindos protestos de junho, diria que os estudantes precisam atizar mais suas ideias. E descobrir a pólvora! Ou seja, saber que não adianta gritar contra os efeitos danosos do (des) governo que assola o país. A questão é outra, caríssimos: descobrir a causa (e não os efeitos...) de tantos equívocos institucionais, administrativos e políticos. Sim, a ausência de uma identidade nacional que faça enfim os governos funcionarem em todos os níveis. E não parcialmente!

Eureka! Conteúdo histórico já ajuda a explicar por que a Democracia no Brasil vem sendo tão inviabilizada. E como fazer o nosso país trilhar, de uma vez por todas, os caminhos do verdadeiro progresso e paz social. Os jovens gostam de pedir muito. Flertam o impossível. Eles são o futuro. Eis um bom prato a ser servido nas mesas de discussões sobre os destinos desta (desencontrada) nação. A palavra é deles, está com eles. Que façam, portanto, bom proveito. Ousem chegar ao

cerne dos nossos problemas cotidianos. Afinal, antes de o Papa Francisco chegar aqui, esse jovens conseguiram contagiar todo um povo, de norte a sul do Brasil; acenderam esperanças de dias melhores. Não custa acreditar que do silêncio de agora germinem os bons frutos do porvir. O Papa os abençoou, mas também pediu que não desistissem nunca da Fé e de seus ideais!

E também por causa do Papa Francisco, lembremo-nos também das verdades das ruas tantas vezes citadas por jornalistas sérios deste país. A imprensa faz o seu papel, sob o guarda-chuva da liberdade expressão. Só que os governantes de plantão não gostam das críticas, das cobranças e tudo se transforma num “surdo alerta”. Os detentores do poder preferem “reinar em paz” no aconchego dos palácios, bem longe do povo que os elegeu. Mas agora esse mesmo povo acorda e desnuda nas ruas, no maior desprezo às matizes ideológicas inúteis e à política partidária de baixíssimo nível, a muito brasiliense clausura do “Brasil do faz de conta”.

Ainda bem...

Artigo

ARISTÓTELES, MAQUIAVEL E A INTERNET

Gastão Reis Rodrigues PereiraEmpresário e economista
gastaoreis@smart30.com.br
www.smart30.com.br

Caiu-me nas mãos outro dia o excelente livro do filósofo Emmanuel Carneiro Leão Filosofia Grega – Uma Introdução. Chamou-me a atenção a seguinte afirmação do autor: “Tanto para os gregos como para Aristóteles, a política é a mais elevada forma da vida humana”. Muito em linha, com o velho dito de ser a mais nobre das atividades humanas justamente por ter como objeto o interesse público, o bem comum. Séculos mais tarde, Maquiavel se rebela contra esse conto de fadas e afirma que o Estado existe para se auto-preservar, ou seja, para atender aos interesses de quem está com as rédeas do poder nas mãos. Dito assim de modo tão cru, motivou a repulsa de católicos e protestantes, bem como de liberais e comunistas. E aí surgiu a internet com sua invasiva transparência que deixou os políticos despidos diante da opinião pública. Quem, afinal, tem razão quanto ao papel do Estado?

Uma breve revisão histórica ajudará a entender o que se passou. No caso da praça pública grega, onde as decisões políticas eram tomadas, havia transparência e participação da população livre. Quando nos lembramos que que

2/3 da população de Atenas eram compostos de escravos sem participação alguma nesse processo, parece que Maquiavel tinha razão. Por outro lado, há que se reconhecer que a experiência grega foi o berço da democracia, cujo processo de aperfeiçoamento, para incluir todos os cidadãos, percorreu um longo e tortuoso caminho ao longo de séculos.

Dadas as circunstâncias da época, não há como negar que o conceito original grego foi um imenso avanço. Aqui nos valem os da demografia, tão ao gosto de Peter Drucker, para entender o enclausuramento do processo de decisão política detectado por Maquiavel quando a população das cidades começou a crescer muito, tornando difícil tomar decisões em praça pública regularmente como faziam os gregos. O processo foi-se desvirtuando até chegar ao absolutismo cuja expressão máxima foi “O Estado sou eu” de Luís XIV, rei de França, que deixou de presente (de grego) para seus herdeiros a fornalha em que estava sendo assada a Revolução Francesa, cuja origem é relativamente simples: os afetados pelas decisões do andar de cima não eram ouvidos, mas eram chamados a pagar a conta cada vez mais pesada.

Como explicar, então, o caso da Inglaterra cujas cidades também cresceram muito, mas

nem por isso seus políticos se tornaram surdos aos dramas da população em geral. Até Marx reconhece a integridade dos fiscais de fábrica ingleses em plena Revolução Industrial, que certamente contribuiu para coibir os terríveis excessos daqueles tempos de jornadas desumanas de trabalho. Mas, de fato, não foi só isso. Há que se reconhecer a vitalidade do Parlamento inglês, que cobrava dos governantes ida semanal ao local em que se reunia para darem satisfação dos atos de governo. A tradição do gabinete sombra, em que os deputados de oposição fazem um acompanhamento das diversas pastas ministeriais no seu dia a dia, impedia – e impede até hoje – que houvesse um fosso entre a população e seus representantes. Em suma, não havia clima nem razões na Inglaterra para o surgimento de uma revolução nos moldes em que ocorreu na França.

Justamente por reconhecer a importância da política na construção do bem comum, a prática política inglesa nunca se deixou levar por uma visão açucarada do poder. Assinavam embaixo da famosa máxima de Lord Acton: “poder corrompe e poder absoluto corrompe absolutamente”. Tinham plena consciência de que a política tende a apodrecer seus agentes a despeito das boas intenções,

aquelas que dizem pavimentar o caminho para o inferno. E que a eterna vigilância, a cobrança sistemática, dos atos de governo é o único modo de evitar o mau cheiro que tende a tomar conta da vida política em diferentes épocas e lugares quando tal não ocorre, como no nosso caso.

A esta altura, caro leitor, deve estar se perguntando onde entra a internet nesse quadro ainda incompleto. Que papel positivo poderá exercer?

Ao longo da História, os povos bem resolvidos em termos político-institucionais são exceções. Em boa medida, esse quadro negro resulta de processos políticos em que a transparência era artigo raro. Prestar contas regulares sobre as peripécias dos governos, mais raro ainda. A “tranquilidade” dos poderosos foi rompida para sempre com a chegada da internet. Os jatinhos usados em causa própria por ministros e deputados em nosso país viram manchetes dos principais jornais. (A novidade foi que tiveram que ressarcir os cofres públicos.) As maracutaias desconhecidas pelo distinto público, também. O poder da sociedade de se articular era muito limitado até a chegada das redes sociais viabilizadas pela internet. A praça pública grega pode, hoje, incluir todos no processo de decisão. No nosso caso, leis que

se arrastavam há anos foram aprovadas rapidamente.

Não obstante a transparência seja condição necessária, ela não é suficiente. Não é razoável descrer de políticos e partidos e ponto. Há que ter mecanismos que façam funcionar as instâncias de representação política. Finalmente, tornou-se possível a participação da população como um todo nas decisões que a afetam. O estado americano da Califórnia, por exemplo, lança mão de consultas populares sobre os mais diversos temas. Nada nos impede de ir na mesma direção

até porque recorremos a elas bem menos do que seria desejável. Podemos mesmo vislumbrar no futuro algo muito próximo da democracia direta. O voto pela internet, validado pelas impressões digitais de cada cidadão, se tornou possível. Após séculos de história, a autopreservação do Estado via defesa dos interesses da andar de cima parece estar chegando ao seu ocaso. A triste constatação de Maquiavel pode estar com seus dias contados, abrindo espaço para que o Estado seja o paladino da defesa do interesse público. Mesmo.

Aniversários

As mais belas declarações de parceria eterna, não seriam o suficiente para reconhecer o quão importante você é para o Instituto Brasil Imperial. Nossa cumplicidade monárquica vai se tornando forte, e como Presidente do IBI me sinto comovido a homenagear os/as Confrades aniversariantes do mês. Feliz aniversário! E que você seja muito, muito feliz!

SETEMBRO

Ana Maria dos Santos	27	Barra os Coqueiros - SE	Allan Mamede de Souza	23	Ribeirão Claro - PR
Angelo Tadeu Gammaro	1	Muriaé - MG	Anderson Diego Gama Reis	25	Salvador - BA
Charles Hombeeck	11	Rio de Janeiro - RJ	Antonio da Cruz Mourão	10	Praia Grande - SP
Erizon Oliveira	14	Recife - PE	Antônio Rodrigues de Freitas	12	Nova Iguaçu - RJ
Gen. Manoel Theophilo Gaspar de Oliveira	19	Fortaleza - CE	Denis Luciano Soares de Oliveira	14	Porto Alegre - RS
Gilka Rother	29	Jarinu - SP	Edison Donizetti Rodrigues Jardim	3	Itararé - SP
Gustavo Faria do Amaral	20	Nova Serrana - MG	Eduardo Caetano Tomazoni	5	Francisco Beltrão - PR
Ian Vieira Rocha	22	Aracaju - SE	Enilton Dias	11	Recife - PE
Igor Andrade	16	Aracaju - SE	Frederico Lucena de Menezes	31	BRASÍLIA - DF
João Carlos de Castro	11	Campinas - SP	Gabriel A. L. de Carvalho dos Santos	21	Rio de Janeiro - RJ
Junior Rasbolt	24	Toledo - PR	Húbson Kléber Palmeira Canuto	20	Maceió - AL
Luiz Carlos Gabriel	1	São Paulo - SP	Igor Castro Borges	13	Cametá - PA
Luiz Eustáquio Diniz Martins	4	Rio de Janeiro - RJ	Ítalo Almeida Paulo dos Santos	18	Rio Largo - AL
Manoel de Araújo Costa	13	Chapadinha - MA	Jeferson Reni	15	Canoas - RS
Manoel Carlos do Nascimento Silva	28	Vitória de Santo Antão	Joao Augusto Daltio Meneghelli	10	Vicososa - MG
Marcos Neemias Negrão Reis	14	Belem - PA	José Carlos Berti Jr	23	Afogados - PE
Martha Tomam Von Maders	23	Bagé RS	José H. de Oliveira Martins Junior	1	São Gonçalo - RJ
Miguel Antonio D'ávila Rebouças Sobrinho	7	Baurú SP	Junno Evren Matias da Silva	14	Campinas - SP
Miguel do Nascimento Gomes de Luna	9	Recife - PE	Kelmon Luis da Silva Souza	21	Salvador - BA
Paulo Guedes	14	São Paulo - SP	Luiz Carlos Alves da Silva Jr	23	Salvador - BA
Petronio Andrade Gomes	12	Aracaju - SE	Luiz Felipe Santos de Senna	2	Rio de Janeiro - RJ
Poandson Pereira dos Santos	29	Bonito - PE	Luiz Mário Correa	30	São Paulo - SP
Raul Alencar de Sena	2	Goiânia - GO	Marcelino de Souza Silva	7	João Pessoa - PB
Renato Schettini Knupp	21	Rio de Janeiro - RJ	Mario Souza dos Santos	4	São Gabriel - RS
Roni Aparecido Leonel	25	Itabira - MG	Mateus Almeida da Silva	8	Três Rios
Rubens Carlos Costa e Silva	29	Goiania - GO	Paulo Emanuel de Oliveira Freitas	18	São Paulo - SP
Thathiana Mendes Pereira	27	Resende - RJ	Pedro Gomes dos Santos	13	São Paulo - SP
Thiago JS Oliveira	14	Lorena - SP	Rafael Alves de Almeida	16	Maringá - PR
Tiago Viera Gomes	25	São Luis de Montes Belos - GO	Renzo Sosa	22	São Jose do Rio Preto - SP
Uilian Scheffer	7	Gravataí RS	Rodrigo Raul Soares de Dias Vieira	21	São Paulo - SP
Waldney Faustino de Melo	6	Rio de Janeiro - RJ	Simão Pedro dos Santos	13	São José dos Campos - SP
			Thiago Euzebio Rodrigues	16	Serra - ES
			Volney Amorim Sena	15	Itaberaba - BA
			Wemerson Nicacio	26	Contagem - MG

OUTUBRO

Aguinaldo Tadeu Gomes	27	Brasília - DF
Ailton Cesar Camilo de Souza	16	Avaré - SP

Artigo

CIDADANIA MASCARADA

Gastão Reis Rodrigues Pereira

Empresário e economista
gastaoreis@smart30.com.br
www.smart30.com.br

Não obstante minha fé inabalável em nossa capacidade de levantar, sacudir a poeira e dar a volta por cima, como naquela famosa letra de samba, sempre me espanta nossa “criatividade” para enfrentar determinadas situações de modo equivocado. Greves remuneradas, pagas com nosso dinheiro de impostos escorchantes, que chegam a durar até três meses nas universidades públicas, é um triste exemplo ilustrativo. Ter 39 ministérios quando os EUA têm 18 é outra peculiaridade brasileira em matéria de desrespeito ao dinheiro público. Reflete bem, no setor público, a matemática suspeita de ter dois funcionários onde um seria suficiente. Por outro lado, fomos capazes de enjaular a inflação com o Plano Real, coisa que ninguém acreditava mais que fosse possível, tendo à frente do bloco da descrença o sr. Lula. Muitos outros exemplos poderiam ser arrolados como aquele do Roberto Campos em artigo em que comprovava, com números,

que as quatro maiores estatais de então davam prejuízo, pois tomavam recursos do Tesouro Nacional em valor bem maior do que pagavam em dividendos. Como sempre, nós pagando a conta.

As manifestações populares presenciadas pelo país foram, sem dúvida, um legítimo exercício de cidadania. A polis grega, de que somos herdeiros urbanos em números crescentes mundo afora, abria as portas de um novo mundo em que o relativo isolamento da vida rural não era mais possível. Viver na cidade significa ser cidadão, o animal social de que nos fala Aristóteles ao definir o homem, talvez sem se preocupar muito com a idiotia rural criticada por Marx. Civilização, historicamente falando, se opõe à barbárie. Bárbaro, do grego barbaros, “estrangeiro, forasteiro”, significa, literalmente, “aquele que fala de modo incompreensível”, de um som bar-bar-bar, que imita um balbuceio. A cidadania, por sua vez, é exercida em sua plenitude pelo animal social que somos nas cidades, pelo menos em sua origem.

Claro que, hoje, o homem rural também pode exercê-la via internet, que “eliminou” a distância estabelecida pela geografia, até muito recentemente, na história do homem sobre a terra.

Nas manifestações mais recentes, preocupa o número significativo dos que se escondem atrás de uma máscara. Cidadania mascarada é uma contradição em termos. Quem vai para rua exercer seu legítimo direito à cidadania tem a obrigação de mostrar a cara. O mascarado é um tipo de bárbaro pior que o clássico de que nos falamos gregos e romanos. Aqueles ainda tentavam balbuciar algumas palavras para se fazer entender; os de nossas ruas simplesmente não falam, eles agem brutalmente através de atos de vandalismo. Não respeitam a propriedade pública, paga com o dinheiro do cidadão, e se igualam aos políticos que se apropriam de fundos públicos para fins inaceitáveis. Os mascarados praticam um estranho tipo de cidadania, aquela que, no limite, é a sua própria negação. Muito parecido com

o que fez Hitler ao usar os procedimentos democráticos para acabar com a democracia na Alemanha.

Devemos nos perguntar se nossa tolerância de sociedade democrática não estaria indo longe demais. Combater a truculência da polícia é um dever democrático, mas fazê-la agir preventivamente é aconselhável e democrático, pois cabe a ela impedir os excessos daqueles que, investidos de poder, seriam, com certeza, tão ou mais brutais. Só entendem, infelizmente, a linguagem da força bruta. Acredito ser uma exigência perfeitamente razoável das sociedades democráticas que os participantes das manifestações o façam de peito aberto e cara visível. Os que se recusarem a tirar as máscaras deveriam ser recolhidos pela polícia preventivamente. As máscaras seriam perfeitamente compreensíveis no combate a regimes políticos ditatoriais ou totalitários, mas este não é mais o nosso caso desde o fim da ditadura militar, ou de outras que infestaram a “república” no Brasil.

32º aniversário de casamento de Dom Antonio de Orleans e Bragança com a princesa Cristina de Ligne



Comemora-se neste 26 de setembro o 32º aniversário de casamento de Dom Antonio de Orleans e Bragança, com a sua prima em oitavo grau, a princesa Cristina de Ligne, filha do 13.º príncipe-titular de Ligne, Antônio de Ligne, e da princesa Alice Maria do Luxemburgo, filha de Carlota, grã-duquesa do Luxemburgo. O casamento foi celebrado na Igreja de São Pedro pelo núncio apostólico em Bruxelas, monsenhor Eugène Cardinale, com as bênçãos do papa João Paulo II.

Eles tiveram quatro filhos:

- D. Pedro Luís de Orléans e Bragança, príncipe do Brasil e de Orléans e Bragança, nasceu no Rio de Janeiro em 1983. Era o terceiro na linha de sucessão, até sua morte no Oceano Atlântico decorrente do desastre aéreo do Voo Air France 447, em 31 de maio de 2009.
- D. Amélia Maria de Fátima de Orléans e Bragança, princesa do Brasil e de Orléans e Bragança, nascida em Bruxelas, Bélgica, em 1984. É a quarta na linha de sucessão.
- D. Rafael Antônio Maria de Orléans e Bragança, príncipe do Brasil e de Orléans e Bragança, nascido no Rio de Janeiro em 1986. Em quem o Brasil por sua juventude deposita todas as suas esperanças para assumir o Trono brasileiro. Tornou-se o terceiro na linha de sucessão, após a morte do irmão.
- D. Maria Gabriela Fernanda de Orléans e Bragança, princesa do Brasil e de Orléans e Bragança, nascida no Rio de Janeiro em 1989. É a quinta na linha de sucessão.

Trono Brasileiro e a Linha Sucessão:

Dom Luiz Gastão de Orleans e Bragança, Imperador de Jure do Brasil, assumiu a Chefia da Casa Imperial do Brasil (Trono não Reinante) em 05 de julho de 1981.

Dom Bertrand Maria de Orléans e Bragança, Príncipe Imperial do Brasil, é o primeiro na linha de sucessão.

Dom Antônio João de Orleans e Bragança, Príncipe do Brasil e Príncipe de Orléans e Bragança, é o segundo na linha de sucessão.

Dom Rafael Antônio de Orléans e Bragança, Príncipe do Brasil e Príncipe de Orléans e Bragança, é o terceiro na linha de sucessão.

D. Amélia Maria de Orléans e Bragança, Princesa do Brasil e de Orléans e Bragança, é a quarta na linha de sucessão.

D. Maria Gabriela Orléans e Bragança, Princesa do Brasil e Princesa de Orléans e Bragança, é a quinta na linha de sucessão.

Comendador Antonyo da Cruz